

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: (251-11) 5525849 Fax: (251-11) 5525855 Website:
www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Terceira Sessão Ordinária
27 – 28 de Junho de 2008
Sharm El-Sheikh – EGIPTO

EX.CL/442 (XIII)

RELATÓRIO SOBRE O MÉDIO-ORIENTE
E A PALESTINA

RELATÓRIO SOBRE O MÉDIO-ORIENTE E A PALESTINA

I. NOÇÃO GERAL

1. Durante o período sob análise, a situação no Médio-Oriente não para de deteriorar. A Violência tornou-se nela uma realidade quotidiana e os esforços para solução dos conflitos que lha afligem resultaram-se inúteis.
2. O Iraque, cinco anos após a queda de Saddam Hussein, não conheceu estabilidade. Pelo contrário os actos de violência e de assassinatos entre as diferentes facções não para de aumentar, o que ceifa a vida a muitas pessoas e obriga outras a abandonar o País. Não obstante o apoio dos Estados Unidos da América, o Governo Iraquiano não logrou dominar a situação nem tão pouco conseguir um acordo político entre as diferentes camadas da população Iraquiana. Entretanto, as condições de vida das populações são gravemente degradantes.
3. As relações entre o Irão e as potências ocidentais foram tensas devido a questão de utilização da energia nuclear e as acusações contra o Irão sobre o que concerne ao enriquecimento do urânio para fins militares.
4. Na Síria apesar das declarações recíprocas de israelitas e sírios exprimindo a disponibilidade das duas partes em iniciar negociações sobre os montes GOLAN, ocupados por Israel, é notório constatar que as negociações directas entre as duas Partes sobre o assunto ainda não começaram e a Síria continua sendo regularmente ameaçada pelos países ocidentais.
5. Relativamente a situação no Líbano, o vazio político permanece porque as forças políticas libanesas não puderam chegar a acordo para eleição do Presidente da República e para formação do Governo. O período sob análise foi marcado por confrontos armados particularmente violentos entre os apoiantes da maioria governamental conhecida como Reunião Futuro 14 de Maio sob a presidência de Saad El Hariri e os da oposição, dirigida pelo líder do Partido Hezbollah, Hassan Nasrallah. Estes confrontos custaram a vida a um grande número de cidadãos libaneses e paralisaram o país nos planos político e económico.
6. A iniciativa árabe mantém-se útil para encontra uma solução política entre os diferentes candidatos libaneses. Infelizmente não pôde ainda trazer resultados palpáveis e isto apesar das numerosas reuniões extraordinárias do Conselho dos Ministros Árabes dos Negócios Estrangeiros. Importa dizer que esta situação deve-se a intervenções regionais e internacionais.

7. A questão palestiniana, considerada a principal, não conheceu evolução positiva. A situação é complicada e pelo contrário agravou-se. Com efeito, durante o período sob análise, Israel intensificou os seus actos de agressão contra o povo palestino nos territórios ocupados de Gaza e no Cijordânia. Ele multiplicou, igualmente, as acções de expansão de todas as formas das colónias, prosseguiu a construção do muro de separação e de apartheid e intensificou suas acções de implantação do judaísmo na cidade de Jerusalém. Enfim, em violação flagrante do direito internacional, intensificou os seus actos de assassinatos premeditados e a impôr medidas arbitrárias para tornar ainda mais difíceis as condições de vida dos cidadãos palestinos.

8. Na Faixa de Gaza, Israel prossegue a imposição de bloqueio e impede o aprovisionamento com produtos alimentares e outros produtos de primeira necessidade nomeadamente medicamentos, electricidade, carburantes, uma situação que transforma a Faixa de Gaza numa grande prisão onde as condições de vida tornaram-se cada dia mais dramáticas. Além disto, sob pretexto de querer pôr fim ao lançamento de roquetes artesanais pelos Palestinos a partir da Faixa de Gaza, Israel prossegue com seus actos de agressão quotidiana os quais ceifam a vida a dezenas de pessoas inocentes entre mulheres, crianças e velhos.

9. Tomando em consideração o número de encontros e negociações entre Palestinos e Israelitas após a Conferência de Annapolis em 2007, apelando as Partes para declarar, até finais de 2008, a criação do Estado Palestino para existir lado a lado com Israel, o resultado destes encontros podem ser qualificados como desoladores e as duas Partes encontram-se num círculo vicioso. Nestas condições, é difícil prever que as Partes encontrem a curto prazo, uma saída feliz que reflectiria as aspirações das populações da região de viver em paz e viver uma nova era de paz e boa vizinhança.

II. SITUAÇÃO NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

10. Após a realização da Conferência Internacional de Paz de Annapolis, em Novembro de 2007, Israel intensificou os seus actos militares de agressão contra os territórios palestinos com ajuda de aviões militares de tipo F16 e Apache durante os quais instalações e objectivos civis foram destruídos na Faixa de Gaza. Estes ataques lançados sob pretexto de pôr fim às ameaças dos movimentos palestinos de resistência de lançamento de roquetes artesanais, ceifaram a vida à dezenas de pessoas civis dentre os quais um grande número de mulheres e crianças.

11. As forças de ocupação israelitas procederam ao isolamento da Faixa de Gaza, impondo-a blocos que vedaram os pontos de acesso a este território. Elas cortaram igualmente, abastecimento em carburantes e energia o que provocou a paralização da principal central eléctrica, da central de água e dos

serviços de saúde, uma situação que forçou vários hospitais a fechar as suas portas pondo assim em perigo a vida de vários milhares de pessoas. Deste resultou uma manifesta deterioração das condições de vida dos civis palestinos que vivem uma verdadeira catástrofe humanitária. Várias organizações presentes em Gaza atiraram sinal de alarme sobre a catástrofe humanitária, sanitária e do meio ambiente, vividos pelos Palestinos. Esta situação vem acrescer à uma agressão anterior durante a qual Israel declarou que a Faixa de Gaza era uma entidade inimiga.

12. No quadro do prosseguimento de sua política de escalada, Israel executou a ameaça de ataque militar sem precedentes e intensa contra a Faixa de Gaza e que prolongou-se de 27 de Fevereiro a 3 de Março de 2008. Esta ofensiva custou a vida há mais de 130 pessoas entre os quais bebés, crianças, mulheres e velhos bem como provocou centenas de feridos dos quais um grande número encontra-se em situação crítica.

13. Face a gravidade da situação, o Conselho da Liga dos Estados Árabes confirmou que a Faixa de Gaza era uma zona sinistrada e lançou um apelo veemente aos Estados, às diferentes instituições árabes e internacionais para que concedam uma ajuda ao Povo Palestino e para que considerem ilegal e ilegítima a decisão do Governo israelita de declarar a Faixa de Gaza “entidade inimiga”.

14. O Conselho da Liga Árabe pediu igualmente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que aprovasse uma declaração condenando as flagrantes violações israelitas dos instrumentos internacionais pertinentes, nomeadamente da Carta dos direitos do Homem e da Quarta Convenção de Genebra de 1949 e solicitando que um inquérito internacional abra luz sobre os crimes perpetrados por Israel na Faixa de Gaza.

15. Durante uma sessão extraordinária, realizada ao nível ministerial a 5 de Março de 2008, o Conselho da Liga dos Estados Árabes condenou o prosseguimento de agressão israelita contra a Faixa de Gaza e os territórios palestinos ocupados. Na ausência de um mecanismo internacional eficaz susceptível de avaliar o respeito pelos compromissos assumidos por Israel e impedir o prosseguimento da sua política de agressão e aprovação de sanções colectivas, o Conselho procedeu a uma avaliação da situação nos territórios palestinos face ao não cumprimento por Israel dos objectivos da Conferência de Annapolis e dos Acordos celebrados durante a fase preparatória da Conferência.

16. Por outro lado, o Conselho da Liga dos Estados Árabes solicitou aos partidos e movimentos palestinos para iniciarem um diálogo nacional de unificação para enfrentarem o ocupante e responder favoravelmente aos esforços desenvolvidos pelos Estados Árabes neste sentido. No seu Comunicado, o Conselho da Liga dos Estados Árabes anunciou, igualmente,

que procederá a uma avaliação da situação, reexaminando a estratégia adoptada pelos Estados Árabes face aos esforços relativos ao relançamento do processo de paz.

17. No contexto de intensificação dos seus actos de agressão, Israel prosseguiu as suas acções na Cisjordânia para dar à cidade um carácter mais judaico, mudando o aspecto da cidade de Jerusalém (El QODS) nomeadamente os aspectos histórico, religioso e demográfico. Israel prosseguiu as suas actividades de abertura de túneis por baixo das mesquitas santas de Jerusalém o que provocou desmoronamentos na mesquita Al aqsa e nas casas de cidadãos palestinos. A população de El QODS (Jerusalém) continua sofrendo actos de opressão e de violação dos seus direitos enquanto cidadãos e de segregação racial (apartheid) e tentativas de expulsar pela força, através de imposição de leis racistas.

18. Israel prosseguiu as suas acções de expansão das colónias de povoamento na EL QODS (Jerusalém). Estima-se em mais de 91595 autorizações e planos de construção de colónias na cidade de EL QODS (Jerusalém) no período de 1 de Setembro de 2007 a primeira metade de Fevereiro de 2008. Israel concluiu igualmente a construção de uma parte do muro em volta de EL QODS seguindo o percurso do muro de apartheid e visa ligar as colónias israelitas de povoamento, situadas no interior e em volta de EL QODS ocupada com a EL QODS ocidental, afim de materializar uma separação efectiva das localidades palestinianas que se encontram no interior da cidade. Israel continua a sua política de colonização na região de AL AGWAR e toma todas as medidas necessárias para expulsar os Palestinos dessa região, monopolizar as instalações de água e económicas e a destruir, segundo um plano programado, os territórios para destituí-los do carácter palestino e árabe.

19. Em Hebron, os habitantes de OUED ANNASARA receberam avisos dos militares para que abandonem as suas casas e terrenos para tornar a ligar a colónia KERIAT IV à mesquita Alibrahimi, para concluir assim a posse de Israel sobre a cidade velha.

20. De igual modo Israel continua a sua política de confiscação de terras palestinianas ocupadas para levar a bom termo a sua campanha de povoamento, a construção de novas colónias e alargar as já construídas, usando pretextos para que sejam utilizadas apenas pelos colonos em detrimento dos territórios reservados aos cidadãos palestinos e isto com objectivo de provocar mudanças demográficas e geográficas nos territórios da Cisjordânia ocupada e impedindo assim a criação de um Estados palestino viável.

21. Em violação do direito internacional e do parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça a respeito da legalidade da construção do muro de apartheid, Israel prossegue a sua política de confiscação de terras palestinianas

afim de continuar a construção do muro conforme as alterações do plano de construção adoptadas pelo Ministério da Defesa- A superfície da zona desanexada, situada atrás do muro de apartheid na Cisjordânia é de 733 km² o que provoca o isolamento das terras palestinas, transformadas em fragmentos separados uns dos outros, sem qualquer possibilidade de continuidade geográfica. Esta situação visa provocar um novo êxodo palestino destas regiões.

22. Num outro plano e no prosseguimento da intensificação das violações dos direitos do povo palestino, Israel persiste nas suas acções de assassinato de dirigentes da resistência palestina, prisão de numerosos resistentes palestinos cujo número ultrapassa 11.000 prisioneiros entre os quais se destacam mulheres, crianças, velhos e 51 membros do Conselho Legislativo palestino e ministros do Governo demissionário. A isto acresce 1500 prisioneiros civis, dos quais grande parte já passou mais de cinco anos nas masmorras israelitas. As estatísticas indicam que nas prisões israelitas 1500 prisioneiros sofrem de doenças crónicas e falta de tratamento.

23. No concernente ao domínio económico nos territórios palestinos ocupados, relatórios internacionais e palestinos sobre indicadores económicos, sociais e humanitário convergem no facto de que se verificou uma redução substancial dos indicadores de 2007 e durante o primeiro trimestre de 2008. A economia palestina se encontra numa situação crítica por dois anos consecutivos, devido a política e medidas coercivas israelitas impostas nos territórios palestinos ocupados nomeadamente isolamento das regiões, imposição de blocos, a confiscação e destruição de terras, a continuação de construção do muro de apartheid, as incursões militares repetidas, a intensificação de actos de agressão, de assassinatos expulsões e perseguições.

24. Esta situação teve consequências negativas sobre as possibilidades de desenvolvimento económico palestino. A isto deve-se juntar a situação na Faixa de Gaza durante o segundo semestre de 2007, quando Israel impôs um bloqueio à Faixa de Gaza o que provocou perdas económicas consideráveis e a paralisia de actividades em mais de 3500 instituições económicas, a perda de 65000 postos de emprego, tendo como consequência o aumento do número de desempregados que atinge 80% e uma taxa de pobreza de 90% entre a população de Faixa de Gaza. Caso Israel manter o bloqueio, espera-se uma subida destas taxas durante a segunda metade de 2008, podendo atingir cifras jamais registadas.

25. Noutra vertente e à luz da recusa de Israel em aplicar as decisões internacionais, nomeadamente a Resolução 194 relativa aos refugiados, constata-se um aumento do número dos refugiados palestinos que poderá atingir 6 milhões dos quais 4,5 milhões estão registados no organismo de ajuda das Nações Unidas para refugiados palestinos. Segundo dados disponíveis e

fiáveis estes refugiados representam 44,6% da população total dos territórios palestinos ocupados, a taxa de pobreza aumentou igualmente entre os refugiados, sendo 4 em cada 5 refugiados nos diferentes pontos dos territórios palestinos ocupados como a Faixa de Gaza onde vivem abaixo do limiar de pobreza segundo as fontes da UNRWA.

III. A SITUAÇÃO PALESTINA INTERNA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A CAUSA PALESTINA

26. Depois da escalada do conflito provocado pelo Movimento Hamas e depois do impasse das recentes tentativas tomadas por diferentes países como Yémen e Egipto para resolver o diferendo, a questão palestina encontra-se numa situação complicada e confrontada com um grave desafio que afecta o fundamento da causa e do Movimento Nacional Palestino. É evidente que esta divisão fragiliza o movimento nacional, quebra a unidade e desfere um duro golpe a sua credibilidade, beneficiando Israel que tira partido da divisão e explora a situação para isolar a Faixa de Gaza, tortura a população, desacredita os dirigentes palestinos em Ramallah e aumenta o fosso entre a Autoridade e o Hamas.

IV. ESFORÇOS PARA PAZ NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

27. O Estado de Israel celebrou a 15 de Maio de 2008, o 60º aniversário da sua criação em Nakba (catástrofe) para o povo palestino que remonta à 1948 quando, ao mesmo tempo, o povo palestino continua vivendo sob ocupação militar e os esforços consentidos não conduziram a paz entre Palestina e Israel e à criação pelos Palestinos de um Estado independente no seu território nacional, conforme o princípio de legalidade internacional e as decisões e princípios da Organização das Nações Unidas a este respeito.

28. A Conferência internacional de Paz, realizada em Annapolis em Novembro de 2007 na qual participaram mais de 50 Estados e organizações internacionais, visava imprimir uma nova dinâmica ao processo de paz. Os Palestinos e Israelitas rubricaram um Memorandum de Entendimento Conjunto para conduzir a efectivação da paz até o fim de 2008 (altura que coincide com o fim do mandato do Presidente americano George W. Bush) e a realização do objectivo real que consiste na criação de dois Estados para viverem lado a lado, o Estado de Israel e o Estado da Palestina. Esta conferência concretizou igualmente a aplicação das recomendações contidas no guião, com objectivo de chegar-se a celebração de um acordo de paz e ao compromisso de respeitar e aplicar imediatamente os engagements assumidos neste guião a criação de um Comité Palestino-Israelita de alto nível encarregue de supervisionar as diferentes etapas das negociações afim de examinar todas as questões, visando uma solução definitiva do problema.

29. Durante o período sob análise nada com relevância foi feito para implementar realmente as conclusões da Conferência de Annapolis e os esforços empreendidos pela parte americana neste sentido parece muito mais a um esforço de honra de uma administração, que estando no fim do mandato procura desesperadamente um acordo para salvar a cara.

30. Do seu lado, o Sr. Tony Blair, Enviado do Comité Ministerial confirmou a necessidade de aplicação de novas medidas práticas no terreno afim de preparar as condições propícias a criação de instituição do Estado da Palestina, de pôr à ocupação militar que mudou a paisagem de Cisjordania, transformando-a numa região isolada, sem esquecer o levantamento do bloqueio que atinge gravemente a população que vive na Faixa de Gaza. Convém assinalar a este respeito que até a presente data Israel não procedeu à eliminação de um punhado de postos militares rodoviários estimados em mais de 6000, para poder falar de um verdadeiro passo do processo de paz.

31. O Secretário de Estado americano efectuou várias missões à Israel e aos territórios palestinos e por seu lado, o Presidente americano, George W. Bush efectuou, igualmente uma visita ao Médio Oriente por ocasião do 48º aniversário da criação do Estado de Israel em Nakba.

32. Tratando da posição dos Países Árabes face aos esforços empreendidos para relançar o processo de paz depois da Conferência de Annapolis, o Conselho da Liga dos Países Árabes, reunido na sua 129ª sessão a 5 de Março de 2008, afirmou o engajamento dos Países Árabes numa paz justa e total enquanto opção estratégia e que o processo de paz seja global e não fragmentado e se concretiza com a retirada total dos israelitas dos territórios ocupados do sul do Líbano; para uma solução justa e consensual da questão dos refugiados palestinos conforme as resoluções de Assembleia Geral das Nações Unidas, nomeadamente a resolução 194 de 1948; pela recusa de qualquer forma de cidadania e pela criação de um Estado da Palestina independente e soberano, tendo como capital Jerusalém Este conforme a iniciativa árabe de paz, adoptada em 2002 em Beirute e confirmada pela Cimeira de Riad em 2007.

33. A Cimeira dos Países Árabes, realizada em Março de 2008, em Damas, solicitou a todos os Estados e participantes da Conferência de Annapolis para prosseguir os seus esforços para aplicação dos compromissos assumidos e conduzir negociações sérias em todos domínios, examinar as questões relativas à fase final com vista a chegar a criação do Estado da Palestina, tendo EL QODS como capital e à retirada israelita dos territórios sírios e libaneses ocupados.

34. Foi afirmado que a Parte árabe mantém a sua iniciativa de paz enquanto Israel começar a respeitar os compromissos assumidos no quadro dos instrumentos fundamentais para a realização da paz na região.

35. O Comité Ministerial Árabe encarregue da iniciativa de paz é mandatada para avaliar e rever a estratégia dos Países Árabes e o plano para fazer avançar o processo de paz e elaborar recomendações na perspectiva de uma reunião específica do Conselho da Liga, ao nível ministerial, para decidir sobre a próxima etapa do plano árabe a este respeito.

36. Os esforços empreendidos para a convocação de uma Conferência internacional em Moscovo sobre a paz no Próximo Oriente durante o segundo semestre de 2008, não produziram resultados. Esta Conferência deveria examinar todo o processo de paz, incluindo entre Israel, Síria e Líbano e durante a qual proceder-se-ia a avaliação dos processos das negociações entre Palestinos e Israelitas na sequência da Conferência de Annapolis, realizada em Novembro de 2007. Entretanto, Israel e os Estados Unidos da América opõem-se a realização de tal conferência em Moscovo.

VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

37. Como reflectido no presente relatório, as perspectivas para o Médio Oriente e Palestina permanecem sombrias. Não foram registados quaisquer avanços significativos nos esforços que visam restaurar a paz. Na Palestina nomeadamente depois da Conferência de Annapolis encheu-se de optimismo, mas, Israel prossegue a sua lógica de agressão sob todas as formas contra o povo palestino bem como a sua política de expansão de colónias nos territórios ocupados. Nestas condições é difícil crer na efectiva aplicação das conclusões da Conferência de Annapolis solicitando as duas Partes para declarar, até finais de 2008, a criação de um Estado da Palestina para viver lado a lado com Israel.

38. Entretanto, a comunidade internacional deve prosseguir e redobrar os seus esforços pois é evidente que os povos do Médio Oriente e da Palestina só poderão aspirar a uma vida digna quando a paz for verdadeiramente restaurada nesta parte do mundo, hoje marterizada pelos numerosos anos de conflitos armados.

39. A União Africana deverá:

- Reafirmar a solidariedade africana com a luta do povo palestino que vive sob um jugo de ocupação israelita e condenar com firmeza os crimes bárbaros praticados pelas forças israelitas de ocupação nos territórios palestinos ocupados e particularmente na Faixa de Gaza que vive uma das mais graves catástrofes humanitárias dos nossos tempos, como consequência do bloqueio

israelita e encerramento dos corredores, uma situação que afectou as condições quotidianas de vida da população palestina, em flagrante violação do direito humanitário internacional e da Convenção de Genebra relativa à protecção das populações civis sob ocupação e solicita à comunidade internacional para continuar prestando assistência humanitária ao povo palestino.

- Solicitar ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para assumir as suas responsabilidades face ao povo palestino, para prestar-lhe protecção internacional face à persistência de Israel nas suas acções agressivas e bárbaras e solicita Israel para cessar a construção de colónias de povoamento nos territórios palestinos e a renunciar a todas medidas israelitas que visem a mudança do aspecto da cidade de ELQODS.
- Apoiar os esforços desenvolvidos para restabelecimento da paz na região do Próximo-Oriente em particular entre Palestinos e Israelitas e isto conforme às decisões da Conferência de Annapolis e das iniciativas árabes de paz e do Roteiro.
- Solicitar o respeito da legitimidade palestina nacional sob a presidência do Sr. Mahmoud Abbas e das instituições legítimas palestinianas e apelar à unidade do povo palestino face ao ocupante.
- Apoiar a Síria e o Líbano nos seus direitos legítimos de recuperar os seus territórios ocupados por Israel desde 1967.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Relatório Sobre O Médio-Oriente e A Palestina

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3848>

Downloaded from African Union Common Repository